NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1933 | 2018

Campanha Salarial

Executiva da CNTV discute Campanha Salarial dos Estados

Diretoria fez balanço das campanhas já encerradas e tirou orientações para as que estão em andamento

Neste fim de semana, a executiva da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) se reuniu em Brasilia para debater a nova realidade das campanhas salariais da categoria pós-reforma trabalhista.

Os dirigentes apontam que está se aproximando o momento da categoria implantar negociações salariais conjuntas no âmbito nacional.

O disretor da CNTV e deputado Chico Vigilante avalia que as dificuldades enfrentadas pela categoria nas negociações coletivas não se restringem a somente um Estado. Pelo contrário, são enfrentadas pelo país afora.

"Os empresários estão vindo para ferrar conosco. Ou os vigilante se unem, ou vão nos lascar", avisa.

Para o presidente da CNTV, Boaventura Santos, os trabalhadores brasileiros enfrentam tempos difíceis nas negociações com o empresariado após

a reforma trabalhista implantada pelo governo Temer.

"Os patrões não se fixaram somente dentro dos limites estabelecidos pela reforma trabalhista. Eles foram muito além", avaliou.

Boaventura informou que, na Bahia, já estão na oitava rodada de negociações e que a categoria somente terá um reajuste de 1%. "O objetivo é esmagar a categoria", disse.

O vice-presidente do Sindesv/DF, Regivaldo Nascimento, aponta que a categoria em Brasília teve que apelar para 13 dias de greve e que a campanha salarial será intermediada pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Adriano Linhares, do Sindicato de Petrópolis (RJ) denuncia chantagem por parte dos patrões que condicionam a homologação em troca dos vigilantes parciais.

Amaro Pereira, de Barueri, lamentou que os resultados da negociação da data base de janeiro não foram positivos. "Necessário que permaneçamos na luta para não perder nenhum direito", disse.

Márcio Figueiredo, do Sindforte (RN), disse que a luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores no Estado está intensa com os patrões tentando derrubar a Súmula 444, que se reserve aos feriados, e o horário de almoço.

Cláudio Vigilante, do Sindicato dos Vigilantes de Niterói (RJ), inferirmos que os patrões desejam incluir na Convenção coletiva de trabalho cláusulas da reforma trabalhista. "A convenção coletiva é para garantir direitos e não retirá-los", cravou.

Cassiano Souza, representante do sindicato do Estado de Pernambuco, conta que as negociações começaram em novembro do ano passado, sempre com os patrões propondo a retirada dos direitos ao invés de avanços.

Para Maura Miranda, da regional de Brazlândia junto ao Sindesv/DF, atesta que em Brasília não é diferente dos outros estados. "Estamos travando uma queda de braço com os patrões", disse.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

Campanha Salarial

Sindesv-DF está negociando pagamento dos dias parados

O Sindicato informa que os dias parados também são negociados nas audiências. A greve foi extremamente necessária diante do quadro de retrocesso que os patrões queriam impor à nossa CCT, pois eles querem retirar inúmeras cláusulas ou modificá-las, o que representaria em perdas mensais para os vigilantes noturnos de mais de R$ 500,00 e para os vigilantes diurnos em perdas de mais de R$ 300,00 mensais.

Portanto, tenhamos paciência e vamos acreditar na Justiça do Trabalho. Temos acompanhado a boa vontade e a determinação da desembargadora, Drª Maria Regina, de resolver as pendências nas negociações de conciliação.

Fonte: Sindesv-DF

Assembleia de Nova Prata (RS) também rejeita proposta patronal

Vigilantes rejeitaram proposta por unanimidade

Realizada na noite de sexta-feira (16), na Câmara Municipal de Nova Prata, a assembleia dos vigilantes daquela região também rejeitou a proposta patronal, por unanimidade.

Uma reivindicação específica da categoria dos municípios de Veranópolis e Sarandi é a unificação da data-base com o restante da categoria, em primeiro de fevereiro, já que a deles é primeiro de abril.

Para estas cidades, a negociação do Sindivigilantes do Sul é realizada com o Sinesvino, que representa as empresas de segurança do Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.

A proposta da patronal foi a mesma do restante do estado, 2,81% de reajuste e R$ 19,23 o vale alimentação, além de várias cláusulas relacionadas à reforma trabalhista que trazem prejuízos aos trabalhadores.

Pelo sindicato, participaram o diretor jurídico, Gérson Farias, e o apoio Alexandre Pinto. Conforme Farias, o Sinesvino será comunicado, imediatamente, do resultado da assembleia e uma reunião de negociação deve ser marca para esta semana mesmo.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Lei obriga bancos a manter vigilantes 24 horas por dia em Petrópolis

Foi sancionada pelo prefeito Bernardo Rossi e publicada no Diário Oficial do Município no dia 06/03 a Lei 06940/2018 que obriga agências bancárias e cooperativas de crédito a contratarem serviço de vigilância armada para atuar 24 horas , incluindo fins de semana e feriados.

A lei, de autoria do vereador Justino do Raio X (PMDB) entra em vigor 90 dias após a sua publicação e esclarece em seu texto que a vigilância armada deve ser realizada por vigilante com cursos de formação para o ofício.

"Em conversa com o Sindicato da categoria, chegamos à conclusão que havia essa lacuna, pois esses estabelecimentos, com faturamentos cada vez maiores, investem em segurança eletrônica voltada para o patrimônio, mas que é pouco eficaz na proteção de funcionários e de toda população que utiliza o serviço. Além disso, temos observado um crescente número de casos de assaltos às agências de nosso município e a lei visa também evitar que novos crimes aconteçam. O bem maior a ser cuidado é a vida dos usuários do serviço bancário, a segurança dos mesmos", disse Justino.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

Nova lei é inconsistente e difícil de ser compreendida, diz Juiz do Trabalho

"Se nem juiz entende, imagine o tamanho do prejuízo para o trabalhador. A CUT enfrentará os absurdos criados pela lei de Temer de todas as formas, em especial nos locais de trabalho", diz Vagner

A nova Lei Trabalhista, que o golpista e ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) vendeu ao País como uma das únicas saídas para a retomada da economia, está criando mais problemas do que soluções.

A argumentação dos parlamentares governistas, ao votar a toque de caixa a Lei 13.467/17, sem a necessária ampliação do debate, era a de que, além de gerar milhares de empregos, garantiria a segurança jurídica. Mas não é isso o que está ocorrendo na prática.

Além de rasgar a CLT e acabar com direitos históricos dos trabalhadores e trabalhadoras, a nova lei é inconsistente e de difícil compreensão no meio jurídico, com conteúdos desconhecidos e termos mal empregados. O resultado foi a queda drástica no número de ações trabalhistas porque os próprios advogados não sabem como aplicar

a nova legislação.

"A lei é realmente de difícil aplicação porque foi feita de forma muito rápida, sem discussão, aparentemente por pessoas que não entendiam muito bem do assunto, e o resultado é esse que estamos vendo agora: os advogados simplesmente não sabem aplicar a nova lei", explica o juiz Rodrigo Trindade de Souza, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra-IV), em entrevista ao Jornal do Comércio.

Dados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), o maior do país, com abrangência na Grande São Paulo e Baixada Santista, apontam que as ações trabalhistas registradas no tribunal caíram pela metade desde que entrou em vigor a nova legislação. Do dia 11 de novembro até 31 de dezembro de 2017, a 2ª Região teve apenas 24.918 processos, ante 55.479 em igual período do ano anterior, uma queda de 55%.

O juiz Rodrigo Trindade esclarece que a queda de ações na Justiça do Trabalho não foi porque os conflitos trabalhistas diminuíram, mas consequência de "inconsistências e obscuridades" na lei.

Nesse começo de 2018, ninguém tem condição de dizer com segurança para quem se aplica a reforma Trabalhista e a partir de quando ela é aplicada-

Segundo ele, as propostas da reforma Trabalhista não tinham a intenção de modernizar o mundo do trabalho. "E também não tinha a intenção de permitir maior empregabilidade, aumento de renda dos trabalhadores e aumento da lucratividade em longo prazo para os empresários", completa o juiz, ressaltando que essas foram as críticas feitas pelos especialistas da área quando a proposta foi apresentada.

A CUT é uma das entidades que alertou os trabalhadores e trabalhadoras de que a nova lei não vinha para modernizar nada e, sim,

para legalizar a exploração do trabalho, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Segundo ele, os resultados dos primeiros meses da Lei de Temer e as constatações feitas pelo juiz do Trabalho comprovam o que a CUT alertou o tempo todo.

"A reforma Trabalhista nunca teve a intenção de modernizar as relações de trabalho. A verdadeira intenção dos golpistas que aprovaram a nova lei era a de que a classe trabalhadora voltasse a trabalhar nas condições escravocratas do século passado, quando não existia CLT".

As entidades patronais exigiram a reforma e Temer obedeceu porque eles financiaram o golpe e queriam o pagamento rapidamente, diz Vagner.

"Foi uma lei feita às pressas, sem debate com a sociedade, sem seriedade. O resultado é o que está aí, nem os advogados nem juízes entendem o que exatamente determina a lei. Imagine os trabalhadores e as trabalhadoras".

MP 808

Apenas três dias depois de aprovada a nova Lei Trabalhista, o governo ilegítimo de Temer encaminhou a Medida Provisória 808, com alterações à recém-aprovada lei e que hoje possui 967 emendas ao texto, um recorde histórico. Esse fato, segundo o juiz Rodrigo Trindade, é o que reforça o que ele chama de "inconsistência e obscuridade" na lei.

"Não me lembro se em algum momento da história da nossa república isso aconteceu antes", diz o jurista, ao lamentar que a MP 808 não trouxe pontos de esclarecimento. "Pelo contrário, em diversos itens, ela mantém ou aprofunda a dificuldade de aplicação", concluiu.

Já para o presidente da CUT, as tais inconsistências apontadas pelo juiz do Trabalho são propositais. "Eles precisavam justamente desse cenário de insegurança para poder explorar os trabalhadores e trabalhadoras como não podiam antes, pois as garantias previstas na CLT não permitiam".

Por isso, segundo Vagner, a CUT levará o debate sobre os prejuízos da nova lei para todos os fóruns, não apenas do Judiciário, mas, sobretudo, para a base de representação da Central, com a criação de comitês de resistência nos locais de trabalho e nos sindicatos CUTistas.

A CUT enfrentará os prejuízos da nova lei de todas as formas, não apenas na Justiça, mas junto à classe trabalhadora, em especial nos locais de trabalho, onde a representação sindical é o que garante o direito dos trabalhadores-

Além disso, a CUT ampliará a Campanha pela Anulação da Reforma Trabalhista, com a continuidade da coleta de 1,3 milhão de assinaturas para viabilizar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que propõe a revogação da nova legislação.

"Vamos organizar e mobilizar ainda mais todos os sindicatos para o enfrentamento contra os golpistas em todas as esferas: política, jurídica, legislativa, e, em especial, nas ruas, de onde nunca saímos e não sairemos em 2018", finalizou o presidente da CUT.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF